



## **Imprensa sindical: contribuições para a pluralidade de vozes na esfera pública<sup>1</sup>**

Alexsandro Teixeira Ribeiro<sup>2</sup>  
Hebe Maria Gonçalves de Oliveira<sup>3</sup>  
UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

### **RESUMO**

O jornalismo tem um papel central na esfera pública, como âmbito de captação e proposição de debate dos problemas da sociedade com o objetivo de reverberar suas reivindicações com fins de propor uma ação nos campos judiciários e nas esferas estatais. Antes de exclusividade das empresas de comunicação de massa, o jornalismo ganha espaço em outros locais, como na imprensa dos sindicatos, uma das entidades que compõe a sociedade civil. Desta forma, o presente trabalho vislumbra discorrer sobre o papel da imprensa sindical na esfera pública, na reverberação dos temas candentes dos trabalhadores, e na possibilidade de sua contribuição na pluralidade de vozes e influências no debate público.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa sindical, esfera pública, opinião pública, jornalismo

### **INTRODUÇÃO**

Nas sociedade complexas, o jornalismo desempenha um papel fundamental na socialização e na mediação dos indivíduos. Se outrora os acontecimentos e as relações encontravam mediações em outros espaços, ou eram diretamente publicizados à população, com o advento do jornalismo e dos meios de comunicação, as mediações passaram a encontrar nesses um dos seus principais locus.

Uma das legitimidades do jornalismo, desta forma, reside na sua importância para informação e orientação dos indivíduos no que está relacionado, sobretudo, aos subsídios que eles necessitam para o exercício da cidadania e para a participação política.

Como um construtor de discurso e da realidade, por meio da publicização,

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado em Grupo de Trabalho da X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã.

<sup>2</sup>Bacharel em Jornalismo (Uninter), especialista em Comunicação Empresarial e Institucional (Facel) e mestrando em jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

<sup>3</sup>Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora do Programa de Mestrado em Jornalismo e do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).



agendamento e enquadramento dos acontecimentos, o jornalismo comodela a mente do homem, determinando “principalmente a direção do pensar e do querer de amplas camadas sociais. E não somente destas: dele depende em grande parte o saber e com isso a capacidade de discernimento do povo como um todo” (GROTH, 2011 p.31).

Desta forma, o jornalismo e os meios de comunicação desempenham importante papel na mediação de processos, de deliberações e na apresentação de pluralidade de posicionamentos da esfera pública (FRANCISQUINI, 2008 p.11), enquanto âmbito dotado de radares sensíveis aos problemas da sociedade, com o objetivo de identificá-los, tematizá-los e levá-los à discussão pública, a ponto de influírem nos campos de ação relacionados (HABERMAS, 1997; MEKSENAS, 2008 p.138).

Assim, os meios de comunicação transformam-se em espaço de disputa de entidades da sociedade civil, que buscam neles um espaço de publicização e debate de seus problemas. Uma dessas entidades é o sindicato, cujo principal objetivo é a defesa dos trabalhadores.

Por outro lado, cabe ressaltar que, enquanto entidades de capital privado, os meios de comunicação também representam interesses dos grupos que os subsidiam e/ou parceiros, nem sempre refletindo, portanto, os interesses da sociedade (RUBIM, 1994). Desta forma, os meios de comunicação de massa também atuam como instrumentos na defesa das reivindicações de determinadas classes, sendo um “componente central na disputa de hegemonia, ou seja, para conquistar e manter o poder da classe dominante, ou tentar chegar a ser dominante” (GIANNOTTI, 2014 p.55).

Desta forma, por meio de seu próprio instrumento de comunicação, a imprensa sindical, os sindicatos buscam captar, debater e publicizar os problemas de seus representados, e em alguns casos, da sociedade. Como um porta-voz dos trabalhadores, e buscando promover um debate sem impor discursos à categoria trabalhadora, a imprensa sindical prioriza os direitos de seus representados, refletindo as práticas da instituição sindical, abordando temas de interesse dos trabalhadores e da sociedade sob perspectivas e posicionamentos das organizações do movimento sindical (CORRÊA, 2006 p.50; VERDELHO, 1989, p.98).

Sendo o que se apresenta, o objetivo do presente é, sob a problemática do papel e atuação da imprensa sindical na esfera pública e na formação da opinião pública, propôr um debate teórico, a luz do conceito habermasiano de esfera pública e sociedade civil, discutindo sobre os pressupostos que delimitam e localizam a imprensa sindical como um espaço de representação e reverberação dos problemas dos trabalhadores e da sociedade.



---

## ESFERA PÚBLICA REPRESENTATIVA

A sociedade é palco de constantes disputas de inúmeros interesses, quer seja na defesa pela ampliação e efetivação de direitos que atendam a amplitude da população, ou na inclusão e defesa de pautas que buscam a contemplação de interesses que dê conta apenas das reivindicações e pleitos de pequenos grupos e/ou instituições econômicas, dentre outros.

Nas sociedades inseridas em um modelo de governo representativo, em que se pese o risco de afastamento do conjunto da sociedade às decisões institucionalizadas que interferem na vida da população, relegada às esferas judiciárias, executivas e legislativas municipais, estaduais e nacionais, a esfera pública torna-se uma arena de debate e problematização dos anseios da população.

A esfera pública, enquanto palco do debate qualificado dos anseios de interesse e amplitude pública dos entes privados, atua como um sistema de alarme que capta os problemas da população, buscando não apenas perceber e identificar eles, mas também “tematizá-los, problematizá-los e dramatizá-los de modo convincente e eficaz, a ponto de serem assumidos e elaborados pelo complexo parlamentar” (HABERMAS, 1997 p. 91). Nela os posicionamentos e opiniões, bem como os fluxos comunicacionais são trabalhados de forma a resultarem em opiniões públicas aglutinadas sob determinadas temáticas.

De acordo com Habermas, a esfera pública não pode ser comparada a uma instituição e/ou organização, uma vez que ela “não constitui uma estrutura normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização, etc” (1997, p. 92).

No entanto, para que ela possa captar e tematizar os problemas da sociedade, deve ser formada tendo como ponto de partida contextos comunicacionais daqueles que estão relacionados aos problemas, ou seja, dos que são atingidos, elencados dentre as pessoas privadas em que,

vozes díspares e variadas, ecoam experiências biográficas causadas pelos custos externalizados (e pelas disfunções internas) dos sistemas de ação funcionalmente especializados – causadas também pelo aparelho do Estado, de cuja regulação dependem os sistemas de funções sociais, que são complexos e insuficientemente coordenados (HABERMAS, 1977 P.98)

Representada por uma rede de radares, a esfera pública reage à pressão da sociedade, por meios dos problemas do mundo da vida, levando “à formação de opiniões coletivas, que



seriam responsáveis por influenciar as decisões tomadas pelo sistema político-administrativo” (FRANCISQUINI, 2008 p.8). Desta forma, a esfera pública consolida-se em uma estrutura comunicacional, em um âmbito em que os indivíduos auxiliam a construção desta esfera por meio de suas interpretações negociadas cooperativamente, sendo que o espaço de fala “abre-se através das relações interpessoais que nascem no momento em que os participantes tomam posição perante os atos de fala dos outros, assumindo obrigações ilocucionárias” (HABERMAS, 1997 p.93).

As tomadas de posições, no entanto, ficam a cargo das instituições que tomam resoluções, porém, cabe aos indivíduos sua adesão ou não aos posicionamentos colocados na esfera pública, promovendo, por meio do debate qualificado, argumentações que se estruturam na forma de opiniões focalizadas, e posteriormente alinhadas em opinião pública.

Uma decisão legislativa, que atinja a sociedade, formada legitimamente por meio de ações discursivas, deve se assegurar de que não há exclusão de ninguém concernido à questão, ou seja, de que “todos os que queiram expressar pontos de vista ou apresentar reivindicações possam fazê-lo, que ninguém seja coagido, que todos se obriguem a considerar a fala dos outros na sua própria argumentação” (GOMES, 2008 p. 73). Essa opinião pública, no entanto, não representa, necessariamente a totalidade das vontades, ou seja, não é representativa do ponto de vista estatístico, constituindo-se em um “agregado de opiniões individuais pesquisadas uma a uma ou manifestadas privadamente; por isso, ela não pode ser confundida com resultados da pesquisa de opinião” (HABERMAS, 1997 P. 94).

A convicção do público é disputada na esfera pública, não sendo ela produzida por meio de punições, constrangimento e recompensas. Sendo assim, é na verbalização de interesses e valores e no convencimento que se dá a transformação do poder social em poder político (GOMES, 2008 p.98)

Portanto, os interesses dos indivíduos privados, segundo a teoria democrática hegemônica, são intermediado por instituições, sendo que a legitimidade do governo reside no princípio da maioria (FARIA, 2000 p.47), sendo as decisões políticas justificadas anteriormente no âmbito da sociedade, por meio da esfera pública.

Apesar de seu caráter deliberativo e de premissas que objetivam um espaço de debates calcado na liberdade de expressões e de livre participação, a esfera pública não está livre de disputas, uma vez que indivíduos e/ou instituições podem exercer influências sobre as decisões de outras pessoas, por meio de suas reputações, já que



---

na esfera pública luta-se por influência, pois ela se forma nessa esfera. Nessa luta não se aplica somente a influência política já adquirida (de funcionários comprovados, de partidos estabelecidos ou de grupos conhecidos, tais como o Greenpeace, a Anistia Internacional, etc), mas também o prestígio de grupos de pessoas e de especialistas que conquistaram sua influência através de esferas públicas especiais (por exemplo, a autoridade de membros de igrejas, a notoriedade de literatos e artistas, a reputação de cientistas, o renome de astros do esporte, do showbusiness, etc) (1997, p.95)

Os meios de comunicação de massa, como construtora da realidade e responsável pelas mediações dos indivíduos, sobretudo em sociedades complexas, em que são imprescindíveis na medida em que forneçam subsídios informacionais para que as pessoas possam realizar escolhas e se orientarem no exercício de sua cidadania, ocupam uma posição de centralidade, sobretudo no âmbito da esfera pública, estando presente em inúmeros processos das atividades e interações humanas. Seu crescente papel nos processos de socialização, sobretudo na política, é um exemplo da centralidade que os meios de comunicação representam nas sociedades contemporâneas (LIMA, 2007 p. 86).

Para a política, sua importância se dá na necessidade de publicização, de tornar público, sobretudo “no sentido de que deve envolver (ou, ao menos, oferecer a possibilidade de que sejam envolvidos) os cidadãos concernidos ou afetados pelo resultado a ser produzido” (GOMES, 2008 p. 71).

Se outrora, antes dos meios massivos de comunicação, essa publicização se dava no compartilhamento de um espaço físico e do tempo, numa manifestação ou ato público, por exemplo, agora o evento para se tornar público transcende essa barreira do espaço e do tempo (2007 p.89). Por outro lado, há uma tendência à restrição da publicização do evento aos meios de comunicação, expropriando a política do momento da realização pública por si, deixando-a “perplexa ante a impossibilidade de completar plenamente o seu ciclo vital” (RUBIM, 1994 p.44).

Para Rubim, o poder da comunicação, no entanto, está atrelado aos interesses particulares dos empresários donos dos meios de comunicação e de políticos profissionais, sendo que o poder da comunicação está acima “do controle da sociedade e por conseguinte distante e mesmo em oposição franca à realização e aprofundamento em radicalidade da democracia no mundo contemporâneo” (RUBIM, 1994 p. 49). Além disso, a comunicação mediática passa de intermediária da sociedade e do poder público a ator falante, produtora de bens simbólicos, reconstruindo realidades e posicionamento, mesmo quando busca reproduzir os discursos sociais, por meio do enquadramento (1994, p. 34), portanto,



a comunicação mediática se introduz na modulação da vida e do mundo contemporâneos: monopoliza tendencialmente a publicização; configura uma dimensão pública governada por regras específicas; altera inúmeros parâmetros da sociabilidade. Eis, enfim, sua força, suas conformações de poder mais substantivas e talvez mais difíceis de ser surpreendidas e nomeadas (RUBIM, 1994, p.39)

Mesmo assim, os meios de comunicação desempenham um fundamental papel no contexto da esfera pública, sendo responsáveis por mediar os processos de deliberações, captando os problemas debatidos na esfera e amplificando, apresentando pluralidade de posicionamentos e incitando o debate acerca das temáticas. (FRANCISQUINI, 2008 p.11). Portanto, os meios não apenas apresentam e mediam os assuntos públicos, mas também agem como um ator político na sociedade, sobretudo tendo em vista que eles são subsidiados pelo capital privado. Desta forma, desempenham influência indireta no público por meio dos conteúdos veiculados, uma vez que “seus editores procuram selecionar aqueles conteúdos que acreditam, terão maior aceitação por parte daqueles que compram e daqueles que patrocinam o jornal” (2008, p.4).

## **A SOCIEDADE CIVIL E A ESFERA PÚBLICA**

Dentro da complexidade da sociedade democráticas, várias instituições e organizações atuam de forma a exercer influência na esfera pública e pressionar instituições governamentais na busca pela legitimação e efetivação dos anseios de seus grupos de interesses ou da amplitude da população.

O agrupamento dessas entidades, excetuando as estatais e as econômicas, forma o núcleo institucional da sociedade civil, que “ancoram as estruturas de comunicação da esfera pública nos componentes sociais do mundo da vida” (HABERMAS, 1997 p.98), captando as demandas dos indivíduos da esfera privadas e transpondo para a esfera pública política, institucionalizando os discursos e transformando-os em questões de interesse público a serem tematizados e debatidos.

Desta forma, segundo Habermas, a sociedade civil forma a síntese organizatória do “público de pessoas privadas que buscam interpretações públicas para suas experiências e interesses sociais, exercendo influência sobre a formação institucionalizada da opinião e da vontade (1997 p.100).



---

Seu papel é fundamental para a atuação do Estado, na medida que são sensíveis às questões públicas, estando em contato direto com a sociedade, reverberando suas demandas e possibilitando a troca de posicionamentos, bem como levando-as para as instâncias deliberativas, não se restringindo apenas a um “o espaço de participação política consciente do indivíduo frente ao Estado -, o conceito de sociedade civil se relaciona à complexidade dos processos de regulação e emancipação social (MEKSENAS, 2002 p. 127). Assim, há uma relação íntima entre a esfera pública e a sociedade civil, na medida em que esta potencializa as questões de interesse geral, podendo influenciar questões no Estado e no mercado, a ponto de “esses espaços se confundirem e, simultaneamente, se constituírem no contraposto ao Estado e ao mercado. Assim, a sociedade civil é o cenário institucional onde questões práticas do cotidiano se tornam políticas” (2002, p.140).

A sociedade civil atua de forma ativa, portanto, em paralelo aos meios massivos de comunicação, nos fluxos comunicacionais da esfera pública, “instância voltada para o entendimento ou a busca do consenso”. (BECKER, 2010, p.101). Ela busca, da mesma forma, atuar nos meios de comunicação de massa, numa relação de publicização e visibilidade das suas questões na sociedade, e na “conquista de soluções favoráveis a um ou outro setor/classe em cada conflito, assim como a atingir melhores posições na disputa entre os diferentes projetos societários” (BECKER, 2010, p.106).

## **IMPrensa SINDICAL E INSERÇÃO NA ESFERA PÚBLICA**

Como entidades que buscam a representação da classe trabalhadora, as entidades sindicais inserem-se no bojo de organizações que integram a sociedade civil. Se, por um lado, inúmeras questões debatidas e defendidas no âmbito das entidades sindicais estão atreladas às defesas corporativas de seus representados – profissionais liberais ( por meios de sindicatos de categorias diferenciadas) e/ou trabalhadores de determinados setores produtivos (por meio de sindicatos majoritários, que defendem todos os trabalhadores de certos setores) – algumas pautas e defesas das entidades sindicais podem vislumbrar os anseios da ampla sociedade.

Na medida em que captam os anseios de seus representados – independentemente das situações associativas às entidades, tendo em vista que sua representatividade abrange toda uma categoria profissional, e não apenas aos que são filiados aos sindicatos – e em que buscam reverberar esses pleitos na sociedade, com o objetivo de sensibilizar a opinião





pública, as entidades sindicais exercem papel de atores na esfera pública. Ressalta-se que, por meio de aglutinação junto às centrais sindicais, as entidades muitas vezes atuam de forma coordenada, na defesa de temas de interesse da categoria trabalhadora em sua amplitude e da sociedade, como a redução de jornada de trabalho, questões previdenciárias como o fim do fator previdenciário, dentre outros.

Desta forma, na condição de ator político, os sindicatos buscam, por meio da comunicação, também influenciar posições na esfera pública, disputando apoio e buscando agendar temas relativos às suas questões para debate e deliberação na sociedade. Ressalta-se a importância dos sindicatos, integrante da sociedade civil, como um dos sensores que capta os interesses da sociedade e busca tematizar e problematizar seus problemas para debate e visibilidade na esfera pública sendo uma “importante fonte para reconhecer as demandas que, de outra forma, ficariam restritas e impossibilitadas de ascender como temas públicos” (FRANCISQUINI, 2008 p.10).

Nos processos comunicacionais da esfera pública, uma vez que há a necessidade da verbalização e da publicização dos posicionamentos e dos temas de debate, as entidades buscam na imprensa, a mediação pública, supondo uma imprensa livre e aberta à sociedade civil que objetiva o fluxo de informação acerca das demandas da sociedade e às instâncias deliberativas sobre os pleitos do mundo da vida (HABERMAS, 1997, p.101).

Por outro lado, em contrapartida a possibilidade do atrelamento do poder dos meios de comunicação de massa aos interesses dos grupos e instituições financeiras que subsidiam os meios, bem como de políticos profissionais e demais atores com interesses convergentes aos dos grupos midiáticos (RUBIM, 1994 p. 49), os sindicatos dispõem de meios próprios de comunicação direcionados aos seus representados e à sociedade.

Portanto, há, em alguma medida, uma disputa de espaço da imprensa sindical com a de massa, na medida que aquela busca o diálogo com os trabalhadores e com a sociedade, com um conteúdo orientado pelas concepções de classe, visando “dar conta da complexidade da organização, das práticas do sindicalismo na perseguição de seus objetivos táticos e estratégicos buscando adaptar-se às transformações constantes que se dão no movimento sindical” (MOMESSO, 1997 p.112).

A prática jornalística está ligada ao poder, tanto na imprensa de massa comercial quanto na imprensa sindical. Mesmo que a relação seja diferenciada em ambos os casos, a relação do poder é um dos elementos básicos da sua atuação (MARTINS, 2001 p.51).

Cabe ressaltar que a produção de discurso jornalístico não é exclusiva das empresas





de mídia, sendo que formas específicas de fazer jornalístico vem se consolidando à margem do dominante, não existindo assim “um jornalismo unitário e absoluto nas suas formas de manifestação, único a usufruir da legitimidade conquistada a duras penas pela profissão ao longo de décadas” (ARAUJO, 2004 p.2).

A imprensa sindical objetiva a ação. Ou seja, aglutinar as categorias representadas pelas entidades, atuando de forma identitária dos grupos, e promover o debate de seus interesses e a defesa de seus pleitos, quer seja a de manutenção de direitos outrora adquiridos, quer seja na conquista de novos direitos. Desta feita, o objetivo da imprensa sindical não é abstrato, e sim palpável, na medida que busca mobilizar seu público em torno dos temas advindos dos trabalhadores, sendo que

Um boletim, um bom discurso, um bom programa de rádio é aquele que consegue apresentar bem uma proposta. Aquele que consegue dialogar com os trabalhadores. Dialogar sobre sua condição de classe explorada. Sobre as situações específicas desta exploração. Sobre as suas implicações políticas globais. A comunicação sindical não tem um único e exclusivo papel. Tem vários. É esclarecedora, formadora e, ao mesmo tempo, aglutinadora (SANTIAGO & GIANNOTTI, 1997 p. 41)

A imprensa sindical é engajada politicamente, permeada pelos posicionamentos da entidade em defesa dos trabalhadores e da sociedade, desempenhando o papel de ferramenta destinada à informação das categorias e na educação política (ARAUJO, 2009 p.57). O engajamento político é uma das principais características da imprensa sindical, na qual desempenha atividade militante, difundindo posicionamento político-ideológico das entidades e das categorias profissionais, bem como suas convicções, paralelamente à transmissão de informação (ARAUJO, 2004 p.3).

Apesar de prioritariamente destinada aos trabalhadores, sua amplitude pode ser maior que o universo da sua categoria de representatividade, “podendo chegar às outras organizações, associações, instituições públicas, como ainda e parlamentares e jornalistas da grande imprensa” (2009 p. 57), nessa medida, devido a possibilidade de aumento do raio de impacto, a imprensa sindical pode desempenhar um papel importante à democratização da informação e na pluralidade de vozes na esfera pública, na medida em “que podem mostrar, em cada fato noticiado, a exploração que uma classe exerce sobre a outra” (SANTIAGO & GIANNOTTI, 1997 p. 132).

Um dos principais pontos de diferenciação entre a imprensa de massa comercial e a imprensa sindical reside no tratamento da notícia por parte desta, não estando calcado na



comercialização, mas sim na propagação de ideias e na formação política. Ao contrário da imprensa comercial, seu subsídio não reside na venda de espaço informacional e publicitário, mas é sustentado pela entidade e pela categoria que ela representa (MARTINS, 2001 p.53; CARVALHO, 2013 p.259).

A recusa do movimento sindical em reconhecer sua imprensa como publicação comercial, e por conseguinte, a informação e a notícia como mercadorias, reforça o caráter de “agitação político-cultural do periódico, onde os caminhos percorridos pelo acontecimento até a transformação em notícia têm uma relação direta com o modo de agir [...], com seus interesses em construir ou espelhar uma realidade social” (MARTINS, 2001 p.53).

Outro ponto de diferenciação da imprensa comercial da sindical está no conteúdo da veiculação, uma vez que a imprensa do movimento sindical é reconhecido por “assumir o papel do outro caminho, é a crítica, é um chamado à reflexão e à ação” (CARVALHO, 2013 p.260). Desta forma, seu papel contra-hegemônico não está apenas vinculado a sua posição às margens da grande mídia, mas também por estarem “imbuídos de uma visão de mundo com maior justiça social, carregam para sua prática jornalística todas essas virtudes” (MARTINS, 2001 p.65).

Mesmo representando e tendo como uma das principais diretrizes a defesa corporativa sindical de seus representados - questões de negociações coletivas, salariais, benefícios previstos em acordos e convenções, questões relacionadas às especificidades de categorias profissionais, como o piso salarial, carga horária diferenciada etc- a pauta da imprensa sindical vai além disso, sendo também influenciada e reverberando temas de interesse público, como políticas públicas, fiscalização das ações do estado, informações culturais, referentes a segurança pública, sobretudo ao objetivar a disputa pela hegemonia.

Porém, ressalta-se que o viés, mesmo que a pauta aborde os mesmos temas encontrados na imprensa de massa, está vinculado a um projeto de mundo idealizado pela entidade e que se pressupõe de interesse de seus representados (MARTINS, 2001 p.151). Assim, seu papel de contra-hegemônica, reverberando os temas e reivindicações dos trabalhadores e da sociedade que não são publicizados ou devidamente imbuídos de visibilidade na imprensa de massa está calcada na

construção de um mundo novo, justo, livre, solidário, isto é, socialista tem exigências próprias. Nossa mídia tem que se guiar pelos valores da sociedade que se quer construir. O valor máximo deve ser a observação e a reflexão sobre a vida do povo. [...] o projeto da maioria, e não das grandes



---

corporações multinacionais. Não o projeto do agronegócio, das grandes construtoras ou donos de redes de hospitais e escolas particulares (GIANNOTTI, 2014 p.56)

Portanto, na luta por influência na esfera pública, a imprensa sindical desempenha um papel não apenas de captar problemas sociais dos trabalhadores e da sociedade em geral, mas também de propor um debate ampliado, veiculando vozes díspares às dos meios massivos, possibilitando a pluralidade de vozes e posicionamentos na esfera por meio da comunicação, e diluindo a monopólio da fala midiática.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As decisões acerca dos direitos e do conjunto de regras definidos à população se dão em instâncias deliberativas do Estado muitas vezes afastadas do conjunto da sociedade. Afora os pleitos eleitorais, em que a participação política da população é expressada, pela maioria, nas votações de projetos de sociedades, a ação dos indivíduos ficariam restrita a outorga das decisões para os atores políticos que ocupam espaços eletivos no Estado, não fosse o papel desempenhado pela esfera pública, que, sensível aos problemas da sociedade, capta os pleitos das esferas privadas de interesse da maioria e leva à discussão pública, com o objetivo de tematizar e problematizar as questões, que podem ser captadas pelo Estado para fins de contemplação das reivindicações da sociedade.

Por outro lado, a esfera pública se transforma em arena de disputa, na qual instituições e/ou organizações buscam influenciar as decisões e adesões dos concernidos ao debate. Um dos atores fundamentais na esfera pública é a comunicação de massa, que desempenha um papel de reverberação dos temas debatidos na esfera e de publicização dos posicionamentos. Por outro lado, os meios de comunicação, subsidiados pelo capital privado, também desempenha papel de ator na esfera pública, defendendo os posicionamentos de seus grupos de interesse.

Integrante da sociedade civil, as entidades sindicais é um dos atores que busca influenciar a esfera pública com o objetivo de apresentar e debater os interesses de seus representados – os trabalhadores – e em alguns temas, a sociedade em geral. Por meio da imprensa sindical, as entidades de representação dos trabalhadores buscam, com um viés político-ideológico determinado pelas direções dos sindicatos e pela categorias profissionais que representam, disputar a hegemonia com os meios de comunicação de massa, e influenciar a esfera pública. Ao desempenhar esse papel, agendando temas na esfera públicas não



contemplados os meios massivos de comunicação – ou contemplados, porém sob enquadramentos não correspondentes aos que as entidades supõem serem de interesse da sociedade e dos trabalhadores – a imprensa sindical contribui com a pluralidade de vozes qualificadas no debate público, aglutinando os posicionamentos das categorias trabalhadoras, criando vínculos identitários, e reverberando e potencializando a participação de indivíduos e temas que não teriam, de outra forma, inserção nas agendas de debates públicos.

## BIBLIOGRAFIA

ARAUJO, Vladimir Caleffi. **O jornalismo de informação sindical no Brasil: práticas e desafios** in: anais do II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Salvador: UFBA, 2004.

ARAUJO, Vladimir Caleffi. **O jornalismo de informação sindical: atores e práticas de uma forma de produção jornalística**. Porto Alegre: UFRGS, 2009

BECKER, M. L. **Sociedade civil, esfera pública e mídia: confrontos e convergências entre diferentes concepções**. In: Cantoia L., & Danuta E. (orgs.). *Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas*. São Paulo: Veras Editora, 2010.

CARVALHO, Guilherme. **Muito além do jornal: a nova imprensa sindical**. Estudos em jornalismo e mídia. Vol. 10, N.º 1, jan/jun.2013– janeiro a junho de 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2013v10n1p256/24988>>

CORRÊA, Moysés Chernichiarro. **Sindicalismo e comunicação**. São Paulo: Livro Pronto, 2006

FARIA, Claudia Feres. **Democracia deliberativa: Habermas, Cohen e Bohman**. In *Lua Nova*, São Paulo, n 49, pp 47-68, 2000.

FRANCISQUINI, Renato. **A sociedade civil e os meios de comunicação: uma leitura crítica da teoria habermasiana** in: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol 4, N.2, janeiro-julho 2008.

GIANNOTTI, Vito, SANTIAGO, Cláudia. **Comunicação Sindical: falando para milhões**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIANNOTTI, Vito. **Comunicação dos trabalhadores e hegemonia**. São Paulo: Perseu Abramo, 2014

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley S. M. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.



---

GROTH, Otto. **O poder cultural do desconhecido: fundamentos da Ciência dos Jornais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre factividade e validade.** Volume II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LIMA, Venício Artur. **Comunicação e política** in: DUARTE, Jorge (Org). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Jaqueline Lemos. **Jornalismo sindical: concepções e práticas: a notícia na Folha Bancária e na Tribuna Metalúrgica.** 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de São Paulo – ECA-USP, 2001.

MEKSENAS, Paulo. **Cidadania, poder e comunicação.** São Paulo: Cortez, 2002.

MOMESSO, Luiz. **Comunicação sindical: limites, contradições, perspectivas.** Recife: Editora Universitária UFPR, 1997.

RUBIM, Antônio Canelas. **Mídia e política: transmissão de poder** in: Mídia, Eleições e Democracia. Matos, Heloiza (ORG). São Paulo: Scritta, 1994.

VERDELHO, Valdecí. **A nova imprensa sindical in** Comunicação popular e alternativa no Brasil. Festa, Regina e Silva, Carlos Eduardo Lins da (Org.). São Paulo: Paulinas, 1986.